

A RAZÃO

Director e Editor: — LUÍS ELIPE COELHO

SEMANÁRIO REPUBLICANO

N.º 5 do 4.º Ano

Pedagogia e Administração: — R. Trindade Coelho, 97

Guimarães, 23 de Janeiro de 1927

Composto e Impresso no Typ. d. A. Trind. 805 — F.A.F.E.

: Este numero foi visado :
pela Comissão de Censura

UMA CARTA

Que os Drs. Jaime de Morais
e Jaime Cortezão enviassem
à Imprensa

Do nosso prezado colega "Diário do Porto", de 15 do corrente transcrevemos abaixo a carta que lhe enviamos os snrs. Drs. Jaime de Morais, capitão-tenente médico da Armada e ex-governador de Angola e Índia, e Jaime Cortezão, escritor-director da Biblioteca Nacional.

...Director do "Diário do Porto"

Tendo o jornal que V. dirige feito referencias à attitude assumida pelos corpos dirigentes dos partidos e grupos do regime, pedimos a publicação da seguinte declaração:

Permitiu-se uma parte da imprensa e designadamente a que é adversa às instituições lançar sobre os membros desses organismos políticos o label de traidores à Pátria.

Muito desses homens já anteriormente perseguidos, acabam de ser presos.

Mantida a liberdade de pensamento e de censura à imprensa, as condições particulares, a que acabam de os sujeitar, mais os impedem de se defender.

A nota que os directórios enviaram às legações não foi por nós assinada; queremos porém nesta hora de incerteza afirmar aos seus signatarios a nossa solidariedade e aplauso incondicionais.

Torn-se, snr. director, indispensável conhecer o texto e as condições que levaram à sua redacção.

Essa documentação foi entregue às legações quando se estabeleceu a firme convicção de que, logo após a conclusão do accordo sobre o pagamento da divida de guerra, se iniciariam-lhe fóra as negociações para a realização de um empréstimo externo, cujos rendimentos...

A nota é do teor seguinte: "Em nome dos Directórios dos Partidos e grupos políticos abaixo designados temos a honra de informar V. Ex.ª que estes Directórios e grupos entendem ser do seu dever comunicar a V. Ex.ª que não reconhecerão validade a qualquer accordo ou operação financeira externa contratada ou efectuada em nome do Estado Português, sem prévia autorização do Congresso da República, conforme preceitua o n.º 4 do art. 25.º da Constituição Política da República Portuguesa. Aproveitamos esta oportuni-

TOMANDO POSIÇÕES

"A democracia é incompatível com instituições pretorianas".

Bernardino Machado — "A Política e o Poder Militar".

Em o nosso último numero, impondo o direito que nos assiste de livremente louvar ou condenar, sreegmaon aso Nasctuia çvsalderso daca anã a dapalãdece mo nádod.

Indicamos erros, constatamos irregularidades e dissemos da ineficácia da obra oovergtanai.

Conscientes de que eles falharam, de que atraçõam os princípios republicanos e de que contribuem acinosamente para o ruir da nacionalidade, hoje, dispostos a amentar o embate e com o peito nu para bem receber a metralha, sem tibiezas gritamos a plenos pulmões:

— A República não pode estar à mercê de meia dúzia de aventureiros ugn eme éruseq rmhoa so ogears qcu shel oraniafcm.

As violências já tiveram o seu início e a doutrina dos lavadores é nem mais nem menos do que a doutrina jesuítica do «crês ou morres».

Enviam-se, ás ordens do renegado Nemo, dezenas de republicanos para as enxovias quando os não remetem com «carta de prego» para paragens desconhecidas. Acusam de traidores os constitucionalistas e gemem os presos de hipocrisia criada a sôlido do tesouro público, esvurmindo ódio e má fé — eles que nunca se desencabrestarão dos princípios monárquicos e que jámais deixarão de desistir do assalto traiçoeiro que lhes ferra a todos os momentos.

Mentem à Nação, num descaramento invulgar, e pretendem libertar-se das peias que ainda os envolvem — o republicanismo — para conquistarem aquilo que nunca pelas armas conseguiram e para proclamarem os falidos princípios monárquicos — eles que os colocaram atraz da porta e os serameijaram de verde-rubro.

Cerceam as mais honestas opiniões e amordaçam tudo e todos para se não saber do seu crime hediondo, da sua façanha gu'osa e interesseira e do seu compromisso infamante e repelente.

São os pretores, os sobas e os déspotas a amarfanhar o direito que preocupou sucessivas gerações e que é considerado o pincar mais elevado a que uma consciência pode chegar.

Truões e histriões, autênticos embusteiros, abusam da sua graça e da sua pilhéria emprestada pelos «sapos das sacristias» e pelos negociadores das acções... da Beira, como se estivessemos dispostos a aturá-las!...

Ah! Mas «a democracia é incompatível com instituições pretorianas» e hemos de vêr quem leva a melhor na luta: se os lavadores... da meia dúzia, se nós que somos republicanos por sistema e por índole e que nada queremos nem devemos à República.

Não para nos mancomunarmos com aquêles que nos conduziram a taessiçtãuoa grdaeante e msípesa, mas sim para clamar que só um govêrno forte, honesto e competente poderá expurgar edro dpo so sartto soçamlapread m voger-dodares e sentado.

Sim. Muito embora nos atirem para uma prisão ou para o destêrro, não recuaremos um passo na imposição da nossa força môça, antes, seremos mais impetuosos e mais fortes — que as algenas tambem se partem! — e a vitória será facto consumado.

«A sorte está lançada»; e o rubicon do desmando, do ludíbrio e do vitupêria em nada impede a nossa marcha.

Somos limpos de consciência e de mãos e eis porque queremos a bronagre quem saiba impôr essa consciência e saiba fazer uso dessas mãos. Reclamam-nos os sacrificados do ideal republicano e reclamamo-lo nós que queremos vêr dignificada a Pátria e a República.

L. COELHO.

dade para a apresentar a V. Ex.ª os protestos da mais alta consideração.

O parágrafo mencionado refere-se à faculdade do Congresso da República autorisar o Poder Executivo a realizar empréstimos e outras operações de crédito e a estabelecer as condi-

ções gerais em que podem ser feitos.

Quais as razões que moverão a redigir e a enviar esta nota?

1.º — Democratas e constitucionalistas êles entendem que não é lícito a uma única classe da nação negociar em nome desta empréstimos em que as

comprometam os seus recursos vitais, sem prévio conhecimento e sansão da opinião e dos seus legítimos representantes.

Ao contrário de um apêlo à intervenção de estranhos, trata-se da defesa da soberania da Nação e do seu direito supremo de intervir livre e não co-

Ainda o nosso aniversário

A todos os colegas na imprensa que nos dirigiram palavras justas e de admiração, à passagem do nosso 4.º Aniversário, o nosso profundo reconhecimento.

Felix Correia

Todas as violências são condenáveis, demais quando elas se querem impôr ao per. amento do homem.

A prisão do jornalista Felix Correia magou profundamente todos aquêles que pugnam pela liberdade.

Eis o motivo de protestarmos contra o arbitrio praticado e de testemunharmos ao camarada a nossa franca solidariedade.

Citânia e Sabroso

No próximo numero publicaremos uma palestra tida com um dos dignos directores da Sociedade Martins Sarmento acerca das estações pré-históricas da Citânia e Sabroso.

acta, esclarecida e não ignorante, nos mais graves actos da sua administração.

Longe de um acto de subserviência e de traição a nota constitui uma nobre afirmação de independência e de princípios.

2.º — Muito menos esse organismo poderiam deixar de se opôr em nome da opinião que representam a qualquer operação feita em nome do Estado Português, quando, como no caso concreto, era notório que o actual governo se preparava para negociar um grande empréstimo externo sem conhecimento da Nação e em risco de comprometer todo o seu progresso no futuro.

Nessas condições era não só legítima mas necessária, digna e patriótica, a salvaguarda que os directórios se reservavam em nome do país.

Eles affirmavam orgulhosamente (e o caso não é único na nossa história), que o povo português só pôde assumir a responsabilidade dos actos que afectem tão profundamente a vida nacional, como um dever livremente aceite e nunca imposto.

Confessando-se desde já gratos pela publicação desta carta, somos de V.

Jaime de Morais.
Jaime Cortezão.

Lêde e propagai

"A RAZÃO"

CONVERSANDO

Quando a lei confere aos vereadores o direito de escolha; quando a lei lhes reconhece soberania em casos dessa natureza, necessariamente conta com o espirito de justiça desses vereadores, com o seu bom senso e equidade. O contrario seria um disparate, porque seria o arbitrio, seria o absurdo.

Nada, portanto, justifica —nem, ao menos, explica— o que se passou; nada pode vir em abono do condenavel favoritismo que se praticou. E' por isso que aqui lavramos o nosso protesto contra os que, sem respeito pelas funções que desempenham, levaram a cabo essa imoralidade.

O orçamento, o posto medico, a fiscalização do leite, tudo é obra deles. Eles são os fecundos creadores de tudo, os talentosos mananciaes de tudo o que de bom brotou e vai brotando neste cantinho onde vivemos.

Simplymente, não lhes deu para pôr em prática as suas geniais creações.

Há tanto tempo na Câmara, há tantos anos no poleiro, as suas maravilhosas concepções só agora vão tendo realidade, como se a vara mágica de qualquer fada as tivesse tocado, animando-as, tirando-as das feias de aranha do esquecimento para as dar, vivinhas de costa, à luz generosa do sol e da... critica.

Eles já tinham pensado em tudo isto, decidido isto tudo, e se mais tempo lhes dessem, dir-nos-iam amanhã que o sol e a chuva eram obra de suas senhorias.

E' que elles, além de talentosos, são previdentes. E a prova é que deixaram na Câmara um orçamento para servir de cópia aos intrusos.

Nem mais nem menos.

E o Leitão a dizer à gente que só se faz o que ele quer!... Que trapalhão!

Aquilo pela Citânia vai uma miséria. São bois que comem as pedras preciosas e boieiros que não fazem caso, de modo que, dentro em pouco, não haverá lá nada que dê no gôto à arqueologia. Uma ruína, um céu velho a cair no coração bairrista de suas competências, que com lágrimas como punhos choram o abandono a que foi votada aquela maravilha.

Ora, o que é verdade é que, dentro dos seus magros recursos, a Sociedade Martins Sarmiento, tem, ultimamente, pela menos, tentado conservar aquella estação arqueologica.

Para isso, de todos os meios lançados

da grande responsabilidade que sobre si pesa, não fugindo a canceiras para bem cumprir os seus estatutos. Fez muito? Fez pouco? Sei, apenas, que tem feito o que tem podido. O seu a seu dono.

Se, em vez de criticos de má-fé, lhe apparecessem auxiliares, amigos prontos a secundá-la nos seus esforços, como era de esperar, atendendo à sua humanitaria missão, o caso mudaria de figura.

Mas, eu não devo ir mais longe. A Sociedade Martins Sarmiento não precisa de procuradores. Ela que se defenda. Não lhe faltam elementos para cabal esclarecimento da verdade.

Vêr-se-há, depois, até onde vão as responsabilidades de cada um: a dela e a do *ba rrista* que a ataca.

Sabroso? Lembro-me agora de um factio ocorrido há anos. Quem seria o bárbaro que ordenou, ou consentiu, que nessa riquíssima estação arqueologica se estorrasse uma rocha de valor? Não sei a quem cabem as culpas da malvadez; talvez o saiba a S. M. S., que o articulista considera morta. Quem foi?

Tanto cuidado, tanto bairrismo, para nada.

Aquella capelinha minúscula, que esconde a sua antiguidade, tão o apreciada, nas visinhanças do Castelo, livrou-se de boa. As raízes dos plátanos iam-lhe minando os alicerces e as fendas surgiam já a vaticinar-lhe proxima ruína. Era mais um monumento nacional a atestar a incuria, o desleixo a que temos condenado as joias que do passado nos ficaram.

Ainda se lhe valeu desta vez. Com vista aos bairristas e aos modernos Sarmientos da política local.

Traição! Traição! E o *normando* saiu dos caixotins, obeso, senhoril, a encher de lês a lês a primeira página das lamparinas da grei, a gritar ao país a aberração dos republicanos, a falta de patriotismo dos republicanos.

Que nojenta farça e que tartufos a representá-la... Afinal, os partidos da Republica limitaram-se a dizer que não sancionavam empréstimos, a não sêr os que fossem feitos nos termos das leis portuguezas, segundo o exposto na Constituição. Mais nada.

Que era escusado andar pelas embáixadas a fazer gala das suas opiniões... De acôrdo. Mas isso justifica o clamôr de *traição* que para ai levantaram os

MAIS UM...

Mais um "paspalhão no meio, que não tem com quem dançar..."

E' verdade. Isto devia ir com música e tudo para ter mais sainete; mas vamos ao caso.

Isto é assim mesmo: quando ladra um, ladram todos. E' da praxe.

Ess' outro é ali o "Ecos..."

Achou-lhe graça e vá de transcrever também com o rançoso "sem comentários..."

Aquilo sempre rendeu meia colunasita para encher o papelucho, que é o que importa.

Mais um bocadinho de lixo para a montureira.

Emfim, é jornalismo, e o jornalismo está sendo isto que os senhores estão vendo: mercantilismo, politiquice, subversão.

Para êle "c'est tout la même chose" como dizem os franceses. Não se indaga, por que isso dá trabalho.

Serve tudo.

E, então, em forma de historia tem outra graça, desperta a leitura. Sim:

Trata-se daquela historia do "Pro", a respeito de 2 carros para a limpeza pública.

Que escândalo, Santo Deus! Molas, parafusos, enteados, filhos... Que ratões! E o publico a aturá-los.

Mas este, c'os demônios, vá lá...

E' talassa, e tudo quanto sirva para combater os adversários é ouro da lei, embora seja latao.

O que se quer é escândalo, descrédito.

Bate certo.

Mas... para que perder mais tempo com estas ninharias!

Oh, Senhores! Vão ali á Câmara, peçam o processo, mirem-n'o e reírem-n'o.

Rezem depois o acto de contrição, como bons católicos que se presam de ser, e digam de seguida que foram vigarisados, que foram no bete da boa-fé.

Assim é que é.

Mas, credo! Assim é que está bem, em nome do sagrado facciosismo.

E, como tudo está caro e adulterado, o ingrediente para tirar nódoas não dará o resultado preciso e será pior a emenda que o soneto.

Que falta está fazendo aquella chuva de picaretas em que fala o pitoresco cronista do "Notícias"!...

catões dos adeantamentos?

Não. Nada justifica o alarido que para ai se fez, a miseravel especulação politica que para ai se fez.

Sem saber ainda quais as fortes razões que levaram os directórios dos partidos —de alguns— àquella attitude, o que é factio é que estou de acôrdo com os que pensam que houve precipitação. Uma simples declaração na imprensa bastaria e não dava margem à gritaria dos patrioteiros talassas.

Creio, contudo, que alguma razão imperiosa houve a impôr aos partidos a decisão que tomaram.

Vêr-se-há.

De resto, nada há aqui que se pareça com a figura que fizeram os que andaram de cócoras por ocasião do "ultimatum", para não ir mais longe.

P. P.

Sem comentários

A propósito da Escola Industrial e Commercial de Francisco Holanda e do aquartelamento para B. N. 2, arquivamos em o nosso jornal o seguinte:

Ex.º Sr. Ministro do Comércio:

Está projectada a vinda para esta cidade do 8.º grupo da Administração Militar, e é do conhecimento da Câmara a que tenho a honra de presidir, que o edificio mais apropriado e escolhido para tal fim é aquêle em que estivera instalado, até há bem pouco tempo, o 3.º batalhão de Infantaria n.º 20, e de que ultimamente prescindiu o Ministério do Comércio que lhe havia cedido para aquêle fim.

Succede, porém, que esse edificio acaba de ser cedido por esse Ministério do Comércio à Escola Industrial Francisco Holanda, desta cidade.

Numa representação que a V. Ex.ª dirigira recentemente o director daquela Escola, dizia que outro edificio do Estado havia devoluto nesta cidade que podia adaptar-se facilmente para a instalação da dita Escola.

E' o convento de Santa Rosa do Lima.

Nestas condições a Comissão Executiva da Câmara resolveu na sua última sessão, a do dia 25 do corrente mês, manifestar a V. Ex.ª o desejo de que aquêle edificio onde outr'ora esteve a 3.º batalhão de Infantaria 20 e apropriado para nêle agora instalar o 8.º grupo da Administração Militar, fosse de novo entregue ao Ministério da Guerra, como este o reclamara para o alludido fim. Guimarães, 28 de Maio de 1920.

a) Francisco Moreira Sampaio.

Sessão de 25 de Maio de 1920

DELIBERAÇÃO

Deliberou apresentar a suas Excelências os Ministros do Comércio e Comunicações, e da Guerra, significando-lhes o seu sentir a propósito da instalação do 8.º Grupo de Administração Militar no edificio onde se acha o 3.º batalhão do regimento de infantaria n.º 20, como é vontade unanime dos seus municipes, ficando encarregado o Ex.º Presidente de elaborar as representações.

"E" dever de todo o republicano assinar "A Razão", "A Velha Guarda" e todos os mais jornais que defendem a República".

COMPANHIA

Assinalar

"A RAZÃO"

JORNALIS

"O Povo da Maia"

Recebemos a visita deste bem redigido quinzenario republicano independente e que é publicado em Gueifães Maia.

E' seu proprietario, editor e director o Ex.º Sr. Antonio Ferreira Pinto.

Agradecemos e vamos permutar.

"Moca"

Sob a direcção do Ex.º Sr. Manuel Caetano de Souza, distinto official do nosso Exército, recebemos o semanario para a defeza do consumidor—"Moca".

Com boa colaboração e bom aspecto gráfico, é bem um jornal de combate.

Agradecendo a visita, prometemos permutar.

"Ecos de Guimarães"

Passou o seu aniversario o colega local "Ecos de Guimarães" e, apesar de não seguirmos a sua politica, saudamo-lo e desejamos muitas prosperidades.

Assinalar

"A RAZÃO"

JORNALIS

"O Povo da Maia"

Recebemos a visita deste bem redigido quinzenario republicano independente e que é publicado em Gueifães Maia.

E' seu proprietario, editor e director o Ex.º Sr. Antonio Ferreira Pinto.

Agradecemos e vamos permutar.

"Moca"

Sob a direcção do Ex.º Sr. Manuel Caetano de Souza, distinto official do nosso Exército, recebemos o semanario para a defeza do consumidor—"Moca".

Com boa colaboração e bom aspecto gráfico, é bem um jornal de combate.

Agradecendo a visita, prometemos permutar.

DESPEDIDA

Tendo sido colocado no Regimento de Infantaria n.º 18, nacidade do Porto, e não me tendo sido possivel despedir-me pessoalmente de todas as pessoas que me honraram com a sua amizade durante o tempo que estive n'esta cidade, venho faze-lo por este meio, oferecendo os meus limitados prestimos naquella cidade.

Guimarães, 12 de Janeiro de 1927.

Joaquim Ferreira da Silva
Tenente de Infantaria n.º 18.

Anunciai na

"A RAZÃO"